

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL BACHARELADO**

Rosane Terezinha Brasil Esbick

**O SERVIÇO SOCIAL, A SOCIEDUCAÇÃO E A ARTE: A
CONSTRUÇÃO E O FORTALECIMENTO DE PROCESSOS SOCIAIS
EMANCIPATÓRIOS**

Santa Maria, RS

2017

Rosane Terezinha Brasil Esbick

**O SERVIÇO SOCIAL, A SOCIEDUCAÇÃO E A ARTE: A CONSTRUÇÃO E O
FORTALECIMENTO DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS**

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Serviço Social, Área das Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial, para obtenção de grau em **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Prof^ª Eliana Mourgues Cogoy

Santa Maria, RS

2017

Rosane Terezinha Brasil Esbick

O SERVIÇO SOCIAL, A SOCIEDUCAÇÃO E A ARTE: A CONSTRUÇÃO E O FORTALECIMENTO DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS

Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Serviço Social, Área das Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial, para obtenção de grau em **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovada em 12 de dezembro de 2017:

Eliana Mourgues Cogoy, Me. (UFSM)

(Presidente/Orientadora)

Caroline Goerck, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

“Eu não acredito em caridade. Eu acredito em solidariedade. Caridade é tão vertical: vai de cima para baixo. Solidariedade é horizontal: respeita a outra pessoa, e aprende com o outro. A maioria de nós tem muito o que aprender com as outras pessoas”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O SERVIÇO SOCIAL, A SOCIEDUCAÇÃO E A ARTE: A CONSTRUÇÃO E O FORTALECIMENTO DE PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS

AUTORA: Rosane Terezinha Brasil Esbick

ORIENTADORA: Eliana Mourgues Cogoy

Em tempos de predominância da ideologia neoliberal, com base na economia globalizada e no individualismo possessivo intensificando e disseminando processos de desigualdades e violação de direitos em todos os níveis e setores da sociedade, muitos desafios são postos para o Serviço Social, que em acompanhamento a essas dinâmicas e profundas transformações, necessita de estratégias e novos mecanismos de intervenção na realidade social. Este trabalho objetiva abordar a Arte, em geral, e a sua interlocução com o Serviço Social, reconhecendo sua importância, como possibilidade de mediação no cotidiano das ações do Assistente Social em espaço profissional diferenciado, contribuindo também, para a construção e/ou fortalecimento de processos sociais emancipatórios do sujeito. Além disso, será apresentada a história do Serviço Social no contexto brasileiro; a Arte como instrumento de intervenção do profissional, que desvela a realidade, possibilita a construção do pensar crítico do sujeito e promove a autonomia e a emancipação; e demais limites e possibilidades da profissão neste espaço, na perspectiva e comprometimento, de acordo com o projeto ético-político profissional. A construção deste trabalho, a partir da experiência de estágio curricular obrigatório da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), junto à Associação Orquestrando Arte (AOA), foi percebida como possibilidade de motivar os profissionais Assistentes Sociais na busca por mecanismos e instrumentos diferenciados no cotidiano de suas atividades, a fim da resolutividade das demandas, as quais são postas sempre na reafirmação de uma sociedade democrática e com justiça social.

Palavras-chave: Serviço Social. Arte. Autonomia. Emancipação. Justiça Social.

ABSTRACT

SOCIAL WORK, SOCIEDUCATION AND ART: THE CONSTRUCTION AND STRENGTHENING OF EMANCIPATORY SOCIAL PROCESS

AUTHOR: Rosane Terezinha Brasil Esbisk

ADVISOR: Eliana Mourgues Cogoy

In times of predominance of the neoliberal ideology based on the globalized economy and the possessive individualism feeding and disseminating processes of inequalities and violation of rights in all levels and sectors of society, many challenges are put to the Social Work, that in follow-up to these dynamics and profound transformations requires strategies and new mechanisms of intervention in social reality. The main objective of this work is to approach art in general and its interlocution with the Social Work, recognizing its importance as a means of mediation in the daily activities of the Social Worker in a differentiated professional space, contributing to the construction and / or strengthening of emancipatory social processes of the people. It will also present the history of Social Service in the Brazilian context, art as an instrument of professional intervention to unveil reality with the possibility of building the critical thinking of the people promoting their autonomy and emancipation, and other limits and possibilities of the profession in this space, in the perspective and commitment according to the professional ethical-political project. The construction of this work based on the experience of compulsory curricular traineeship of the Federal University of Santa Maria (UFSM) together with the Association Orchestrating Art (AOA) was perceived as a possibility to motivate the Social Workers professionals in the search for mechanisms and instruments differentiated in the daily life of their activities, for resolution of demands that are always placed on the reaffirmation of a democratic society and with social justice.

Keywords: Social Work. Art. Autonomy. Emancipation. Social justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Divulgação do projeto de intervenção pela FASE/RS em seu site.	41
Figura 2 - Adolescentes do CASE/SM em sala de aula.....	42
Figura 3 -Adolescentes do CASE/SM em sala de aula.	43
Figura 4 - Concentração dos adolescentes do CASE/SM no aprendizado do violino.....	44
Figura 5 - Concentração dos adolescentes do CASE/SM no aprendizado do violino.....	44
Figura 6 - Integração dos adolescentes AOA/CASE-SM (camisa azul e xadrez).	46
Figura 7 - Participação do adolescente “J” no 6º Encontro Brasileiro de Orquestras divulgado pela FASE/RS no seu site oficial.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A COMPREENSÃO DA ARTE E A SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL	11
2.1 <i>QUESTÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: A DIMENSÃO EDUCATIVA E O PERFIL PEDAGÓGICO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL</i>	11
2.2 <i>O SERVIÇO SOCIAL E A ARTE: A INTERVENÇÃO SOCIAL EMANCIPATÓRIA EM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DIFERENCIADO</i>	14
3 A ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE E O COMPROMISSO ÉTICO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS EXPRESSÕES NESTE ESPAÇO SOCIOPROFISSIONAL	21
3.1 <i>A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE</i>	21
3.2 <i>O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO</i>	26
3.3 <i>A “QUESTÃO SOCIAL”, SUAS EXPRESSÕES NO ESPAÇO INSTITUCIONAL E O TRABALHO DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL</i>	28
4 A ARTICULAÇÃO TEÓRICO/PRÁTICA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: TENSÕES E POSSIBILIDADES	33
4.1 <i>REFLEXÕES DA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO</i>	33
4.2 <i>O PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESAFIOS E DILEMAS NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO</i>	38
4.3 <i>LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE TRABALHO CONSTATADOS NO CAMPO DE ESTÁGIO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS</i>	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho de conclusão de curso (TCC), realizar-se-á reflexões sobre o período de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria/RS, transcorrido no período de Agosto a Dezembro de 2016 e entre Março a Julho de 2017, junto à Associação Orquestrando Arte (AOA). Tem-se, como centralidade das reflexões, a Arte materializada no ensino da Música, desde a parte teórica musical até a prática do canto coral, da dança, do teatro e da formação humana; essas áreas são percebidas como processos inclusivos e estimuladores da reflexão crítica do sujeito, as quais possibilitam também o desenvolvimento da autonomia e da emancipação pessoal e social, e revelam-se como um importante instrumento de intervenção para o Serviço Social.

Na realidade social, econômica e política contemporânea, cada vez mais excludente, opressora e com retração dos direitos sociais, pensar em políticas públicas cujas necessidades e demandas dos usuários sejam atendidas, é um dever de qualquer área do conhecimento, sobretudo, aquelas que, assim como o Serviço Social, têm o compromisso de procurar possibilidades, as quais possam reduzir a desigualdade social e seus impactos. Nesta perspectiva, articular Socioeducação e Arte representa ao Serviço Social uma importante estratégia para o enfrentamento de uma nova face da “questão social” e suas expressões na atualidade.

Entende-se também que a Arte, na forma como se apresenta na AOA, permite a realização de reflexões críticas e propositivas ao Assistente Social, na busca de meios adequados, para o enfrentamento dos dilemas e desafios postos no cotidiano profissional, permitindo adequada intervenção na resolutividade dos fenômenos sociais, tendo a Arte e suas manifestações como mediação.

A Associação Orquestrando Arte é uma instituição sem fins lucrativos, uma Organização da Sociedade Civil (OSC), denominada na atualidade de “terceiro setor”. A Instituição atende crianças, adolescentes e jovens, com idade entre 05 a 29 anos, sendo que a maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Atuante desde 19 de fevereiro de 2014, oferta atividades diversas, no contra turno escolar, tendo na Arte, a maior expressão.

A Associação dispõe de uma equipe multiprofissional, devidamente qualificada, que atua voluntariamente. De acordo com o Estatuto Social da Associação, sua missão é formar

integralmente crianças, adolescentes e jovens por meio da Arte, em geral, vista como ferramenta de integração, inclusão e promoção social. Ainda, promover, nos espaços da Instituição, a prevenção, proteção e o resgate e/ou fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Com base nessas percepções e por entender o requerimento das novas demandas, ou seja, a necessidade de outras formas de intervenção, tem-se no projeto desta a integração/inclusão de adolescentes da Associação Orquestrando Arte e adolescentes do sexo masculino, em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa, com possibilidade de atividade externa do Centro de Atendimento socioeducativo de Santa Maria (CASE/SM).

A priori, pode-se pensar que são realidades distintas, pois os alunos da Associação Orquestrando Arte inserem-se por intermédio desta, em programa educativo, o qual serve de prevenção ao cometimento de atos infracionais. Já os adolescentes do CASE/SM, provavelmente, por falta de oportunidade semelhante, encontram-se em cumprimento de medida socioeducativa pelo cometimento de ato infracional grave.

Nesta direção, em uma análise mais profunda, observa-se, segundo estudos realizados, que essas realidades, muitas vezes, convergem nas expressões da “questão social”, como: abandono, maus-tratos, violência e sua complexidade de manifestações, dentre outros, os quais se manifestam cotidianamente nos meios social, familiar e comunitário. Assim, compreende-se que por diversas e complexas possibilidades os caminhos dos adolescentes de ambas instituições, em algum momento, distanciaram-se devido às suas próprias realidades, e nada mais significativo do que poder, neste instante, acenar com um encontro de todos através da Arte.

Como metodologia, buscou-se aporte teórico pela pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos, assim como demais produções que abarcam a temática da Arte e da socioeducação, articulados com o Serviço Social. Ainda, anotações do diário de campo, as quais muito contribuíram para a compreensão e apreensão do cotidiano da Instituição e da realidade do sujeito neste contexto, dados indispensáveis ao exercício da prática profissional.

O trabalho estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro faz-se a introdução.

No segundo capítulo, apresentar-se-á reflexões do processo histórico de institucionalização do Serviço Social – como a profissão no Brasil – e os novos contornos da

“questão social” na contemporaneidade – impostos pelo impacto severo do capitalismo, que engendraram uma nova dimensão educativa à profissão, logo, um novo perfil pedagógico do Assistente Social. Também abordar-se-á a Arte e seus conceitos básicos neste contexto, vista como possibilidade de instrumento de intervenção para a profissão.

O capítulo três apresenta a Instituição Associação Orquestrando Arte, local de realização do Estágio Curricular Obrigatório. Observa-se a atuação do Serviço Social, neste espaço, bem como as expressões da “questão social” prementes no cotidiano da Instituição e o trabalho de intervenção da profissional Assistente Social, para sua resolutividade.

No quarto capítulo, têm-se discussões relacionadas ao ensino-aprendizagem em campo de estágio que envolve a tríade “supervisor acadêmico/aluno/supervisor” de campo; às atividades desenvolvidas, desafios, tensões; e ao desenvolvimento de estratégias, para a superação dos limites da profissão e do espaço. Ademais, a apresentação do projeto de intervenção e, por fim, as considerações e referências.

2 A COMPREENSÃO DA ARTE E A SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, apresentar-se-á considerações sobre a Arte, em geral, entendida como uma dimensão da sociabilidade humana, com ampla contribuição nos processos sociais, que possibilitam aos sujeitos uma visão crítica da realidade, na qual estão inseridos, e a sua possível transformação justificada pela possibilidade de tornar-se um novo instrumento de intervenção do Serviço Social, em virtude da alteração do contorno educativo e do perfil pedagógico do Assistente Social, no contexto histórico atual.

2.1 QUESTÃO SOCIAL E SOCIOEDUCAÇÃO: A DIMENSÃO EDUCATIVA E O PERFIL PEDAGÓGICO DO ASSISTENTE SOCIAL NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

O Serviço Social tem na “questão social” e nas suas expressões a matéria-prima que fundamenta as ações do profissional, ou seja, é a base de sua fundação como especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2000). Para a autora, a “questão social” dá-se no conjunto das expressões das desigualdades sociais inerentes ao sistema de produção capitalista, que tem uma raiz comum: “a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IANAMOTO, 2000, p.27).

Fato importante destacado por Iamamoto (2000) refere-se à globalização da produção e dos mercados, o que, em sua análise, reforça situações de desigualdades as quais envolvem relações de poderes desiguais, ocasionam o confronto entre as classes e segmentos sociais, reafirmam a contradição entre trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho. Dessa forma, esta globalização tem como consequência a distância entre concentração/acumulação de capital e o aumento da miséria e do pauperismo que atinge a população de vários países.

Neste cenário de antagonismos e contradições sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais ainda persistem, contemporaneamente, com índices significativos, inserem-se as ações profissionais de intervenção do Assistente Social. Estas ações requerem deste profissional capacitado a apreensão das múltiplas formas de pressão social, suas

variações e qualificação, para identificar o germe da “questão social” no contexto sócio-histórico em que se apresenta e, desta forma, planejar ações eficazes de resolutividade frente às demandas apresentadas.

Diante da complexidade desses fatos, deve-se analisar a dimensão educativa e a função pedagógica da prática profissional devido ao importante papel do Assistente Social neste contexto. Este profissional seria capaz de conscientizar o sujeito de suas capacidades transformadoras na realidade concreta, apesar das limitações da profissão diante à conjuntura local e mundial? Seria possível o Assistente Social transformar o coletivo, a Sociedade de modo geral? Veremos através das reflexões teóricas a seguir.

A dimensão educativa da profissão sempre esteve presente, desde a sua origem, que inclui a implantação do Serviço Social, nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Em conformidade com a visão e dimensão constitutiva da organização, da cultura e do contexto cujo profissional estava inserido, iniciam as relações da ideologia, dos aliados Estado/Igreja em contraposição ao operariado, que em determinado momento histórico surgem uma como ameaça aos valores mais sagrados da burguesia: a moral, a religião, a ordem pública e sucessivamente (IAMAMOTO e CARVALHO, 1988).

Deste espaço temporal, por vias de estudos profícuos até à análise contemporânea, percebe-se que a dimensão educativa está presente nas intervenções profissionais do Assistente Social, pois refere-se a este profissional como agente garantidor do acesso a direitos, assim tal qual incentivador da participação dos sujeitos em processos democráticos, na participação social, no exercício da cidadania, no acesso a políticas sociais e públicas, na conscientização de lutas por direitos e contra processos de alienação.

Enfim, a dimensão educativa deve ter como objetivo a motivação do sujeito à mudança de paradigmas, na perspectiva de contribuir e potencializar ações transformadoras nesses atores sociais e na sociedade, em defesa do pleno exercício de cidadania.

Por este viés, a dimensão educativa da profissão abarca a prática pedagógica profissional cujos objetivos almejados pelo profissional tornar-se-ão mais promissores e eficazes, na perspectiva de ações socioeducativas – nas relações entre profissional e usuário, na construção conjunta de resolutividade –, para a necessidade e/ou demanda apresentada. Isto para Silva (2013, p.250):

exige, necessariamente, conversar com os que vivem da venda da força do trabalho, falar e decodificar sua língua, seus códigos, pensar criticamente com eles, favorecer o florescimento da potência individual-coletiva contida neles e em suas vidas e histórias desumanizadas.

Abreu (2016) infere que a função pedagógica do Assistente Social é delimitada, a partir de sua inscrição nos processos de organização/reorganização da cultura pelas classes sociais, ou seja: “é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (ABREU, 2016, p.21). Assim sendo, segundo a autora, sustenta-se na tradição marxista.

Neste sentido, entende-se que toda modificação ocasionada pelas transformações societárias, no aspecto político, social, econômico e cultural, causada pelo enfrentamento das classes sociais na luta pela hegemonia frente à crise estrutural do sistema capitalista, requer a busca por estratégias do profissional Assistente Social. As estratégias são objetivadas por meio de políticas sociais públicas e privadas, em virtude da alteração da organização da cultura, conseqüentemente transformam os princípios educativos e exigem a redefinição da sua função pedagógica (ABREU, 2016, p.195).

Importante destacar que Abreu (2016), ao enfatizar a função pedagógica da profissão na lógica da intervenção socioeducativa para sociedade brasileira, demarca as configurações que constituem o Serviço Social e a organização da cultura, no período sócio-histórico, dividindo as práticas profissionais em três princípios :

1) A Pedagogia da Ajuda (décadas de 1950/1960) que se desenvolveu consubstanciada pela “ajuda” psicossocial, individualizada por intermédio do trabalho profissional em pequenos grupos e comunidades, voltados à reforma moral e à reintegração social, ou seja, na perspectiva da “psicologização das relações sociais” (ABREU, 2016,p. 264).

2) A pedagogia da Participação (a partir das décadas de 1950/1960 até meados de 1970) desenvolvida e consolidada nas propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora brasileira, voltada à integração social pela cultura do Estado de “bem-estar” (ABREU, 2016,p. 265).

3) A Pedagogia Emancipatória (desde os anos 70/80) inscrita no bojo do Movimento de Reconceituação da profissão, contrária às pedagogias subalternizantes anteriores. Integra-se aos movimentos sociais em conformidade aos interesses das classes subalternas, contra a

opressão e controle social, e luta por direitos os quais redimensionam a prática profissional (ABREU, 2016, p.266).

Nesta perspectiva, conforme a autora, para o período sócio-histórico atual, com o qual a profissão é identificada, tem-se:

novos desafios pedagógicos estão postos na atualidade para os Assistentes Sociais devido a “constituição de uma nova e superior cultura pelas classes subalternas [...] tensionadas pela ofensiva ideológica do neoliberalismo [...] em um quadro de usurpação dos direitos sociais conquistados na Constituição Federal de 1988 ocasionados por estratégias de flexibilização econômica e privatizações” (ABREU, 2016, p.270).

Por todo o exposto, entende-se que o Serviço Social, com base no projeto ético-político profissional e de suas entidades representativas, mantém-se atento e atuante frente às evidentes alterações da organização/reorganização da cultura local e mundial. Consequentemente, organiza-se a fim do enfrentamento desses novos desafios por meio de processos de resistência à efetivação dos direitos, na perspectiva da autonomia e emancipação humana.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL E A ARTE: A INTERVENÇÃO SOCIAL EMANCIPATÓRIA EM ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DIFERENCIADO

Para que seja possível e gerado o debate neste capítulo, torna-se necessário, em primeiro lugar, algumas reflexões sobre a institucionalização do Serviço Social como profissão no Brasil. O Serviço Social institucionaliza-se como profissão na década de 1920, em um cenário marcado por conflitos e contradições no interior das classes sociais, as quais emergem na consolidação do capitalismo monopolista, basicamente como um recurso mobilizado pelo Estado e pelo empresariado. Ainda com o suporte da igreja católica, para o enfrentamento e regulação da “questão social”, a partir dos anos de 1930, legitimou-se no contexto das relações que constituem a sociedade capitalista (YAZBEK, 2009).

Em outras palavras, afirma-se que o capitalismo consolidou-se neste período, evidenciando os antagonismos e as contradições das classes sociais dessa sociedade cuja burguesia – aqueles que detêm os meios de produção e apropriam-se das riquezas socialmente

produzidas – e o proletariado – aqueles os quais vendem sua força de trabalho e são desapropriados da riqueza produzida socialmente – fazem parte da dinâmica que impulsiona esse período sócio-histórico do capitalismo industrial monopólico, o qual fundamenta a gênese do Serviço Social como profissão (SILVA, 2013, p.65).

Nos anos de 1930, mediante iniciativas do governo de Getúlio Vargas, um Estado regulador das tensões entre as classes sociais, reconheceu-se a legitimidade da “questão social”, no âmbito da relação capital/trabalho. Para o seu enfrentamento, é criado um conjunto de medidas, a qual destaca-se a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o salário mínimo e outras que evidenciaram um estado não só controlador, como também assistencial e paternalista (YAZBEK, 2009).

Destaca-se também neste período, precisamente em 1932, a criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país, com referenciais da doutrina social, segundo a igreja católica, no ideário franco-belga da ação social e pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII) – cuja “questão social” é vista como questão moral, de responsabilidade individual dos sujeitos. E assim, é nesta relação que o Serviço Social brasileiro:

vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamento de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja em face da “questão social” (YAZBEK, 2009, p.8).

A partir dos anos de 1940, o conservadorismo da igreja católica no Brasil, avança tecnicamente devido ao contato com o Serviço Social norte-americano. Esta perspectiva apresenta características permeadas pela teoria social conservadora de matriz positivista, que potencializa as relações aparentes dos fatos, no ajuste e na conservação da ordem estabelecida, sem apontar mudanças em relação à intervenção do Estado, com a (re)produção das relações sociais. Essas relações são fortemente marcadas pela regulação, tanto no interior do processo de acumulação capitalista, quanto no atendimento das necessidades das classes trabalhadoras e subalternizadas (YAZBEK, 2009).

Pensar o Serviço Social, neste contexto, é compreender que a prática profissional está intrinsecamente concentrada nos interesses da produção e reprodução das relações sociais e particularmente possui características, as quais são peculiares no que tange a repostas que

devem ser construídas frente à “questão social” e às suas expressões, objeto de trabalho do Assistente Social. Neste sentido, Yazbek (2009, p.11) entende que:

é, pois, na trama das relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento.

Com as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, o referencial conservador é questionado pela categoria, nos anos de 1960. Iniciou um movimento de renovação/reconceituação da profissão, que impôs a construção de um comprometimento com as classes subalternas, em vista de novas demandas em direção ao processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional (YAZBEK, 2009).

Neste período, emergiram três principais vertentes: 1) a modernizadora, com abordagens funcionalistas, estruturalistas (positivista) de modernização conservadora; 2) a fenomenológica, caracterizada pela reatualização do conservadorismo, com foco nas pessoas e na comunidade; 3) e a marxista, com apreensão dialética da realidade em seu movimento contraditório (YAZBEK, 2009).

Tem-se, neste contexto, segundo Guerra (2016), o primeiro momento de uma apropriação do marxismo na profissão, cuja tendência intensifica-se na década de 1980, em virtude do avanço de processos econômicos que aumentam a pobreza e miséria, a fim do entendimento da “questão social” ou da existência de uma “nova questão social” no capitalismo. Ainda, segue a autora, ocorre “a luta na busca pela democratização do Estado e da Sociedade” (GUERRA, 2016, p.289). Essa tendência dá-se de forma hegemônica, todavia não homogênea na categoria, respeitando a necessidade de apropriação crítica também das demais vertentes teórico-metodológicas (GUERRA, 2016, p.293).

Guerra (2016) especifica que, nesta trajetória, ocorre a revisão do Código de Ética (1986 e 1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e do currículo mínimo do Serviço Social (1982). Destaca-se que esse currículo foi revisto em 1995, com a participação de docentes e estudantes, assistentes sociais, entidades sindicais e da categoria profissional, e tornou-se uma grande conquista e avanço significativo da profissão, em virtude de um debate fundamentado no modelo de educação superior com melhor qualificação profissional (GUERRA, 2016, p.292).

Dito isso, ao fazer uma análise da profissão na atual conjuntura social, cultural, política e econômica brasileira, marcada por crises estruturais – o acirramento das desigualdades, o retrocesso de direitos sociais, a desestruturação de órgãos e setores da produção e a reprodução social –, que repercutiram diretamente no cotidiano da população, sobretudo, nos mais empobrecidos, configurando um novo perfil para a “questão social”, afirma-se a emergência de um novo perfil do profissional, o qual responsabilize-se pelas demandas e necessidades inerentes a este novo processo.

Diante desses fatos, Yazbek (2009, p.24) refere :

Os Assistentes Sociais vêm, em muito contribuindo, nas últimas décadas para a construção de uma nova cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual.

Nesta mesma concepção, observa-se a necessidade de reafirmar as bases teóricas do projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo centradas: “na tradição marxista, embora não devam ser dispensadas outras correntes de pensamento social, tão pouco que devam ser as respostas profissionais homogêneas, mas que devam e possam ser criativas e competentes” (YAZBEK, 2009, p.25).

Entende-se que a profissão na atualidade “está inserida em um contexto que a interpela em vários aspectos e que deve manter-se em acompanhamento às transformações da sociedade” (SANTOS, 2015, p.146). Percebe-se que, por meio da Arte em geral, no campo de estágio, na perspectiva da socialização, integração social, autonomia e emancipação do sujeito, exige-se um novo olhar na profissão, com uma forma diferenciada de intervir na realidade dos sujeitos.

Ou seja, uma concepção de Arte, como possibilidade de mediação no trabalho do Assistente Social, porém “esse caminho requer a compreensão da mediação como negação e como superação, requer considerar a instrumentalidade mais além das relações entre instrumentos e *corpus* teórico” (SANTOS, 2015, p.148, grifo da autora).

Para melhor compreensão neste aspecto, cabe citar Santos e Mendonça (2015), que apresentam a Arte como parte da cultura dos povos, desde os primórdios da humanidade, com importante papel na história. Por intermédio da Arte era possível transmitir de geração em

geração as crenças, valores, tradições, costumes, necessidades e medos, elementos que a tornam um representativo meio de comunicação de função social. Ao interpretá-la, compreendia-se mensagens de: “origem, política, sociedade, educação, socialização, ambientes, comidas típicas, rituais, religiões, enfim, a realidade de cada povo” (SANTOS e MENDONÇA, 2015, p.4).

Nesta mesma direção, porém em período sócio histórico mais atual, destaca-se o pensamento de Scherer (2013, p.14) em relação à Arte, que se refere a: “uma dimensão da vida humana que possui potencialidades, as quais podem ser articuladas, de modo estratégico, no desvelar da realidade e no fomento do pensamento crítico de sujeitos na sociedade capitalista”. Entende-se, então, que a Arte possibilita a construção e o fortalecimento de processos sociais emancipatórios, uma vez que desperta nos sujeitos o questionamento e a busca de respostas para o seu cotidiano real.

A Arte, portanto, coaduna com o projeto ético político do Serviço Social e pode servir de instrumento de intervenção da profissão. Percebe-se a identificação com alguns princípios elencados e defendidos pelos profissionais Assistentes Sociais, em seu Código de Ética profissional, o que remete também ao encontro dos projetos societários, preocupação permanente da categoria. Importante reafirmar estes princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais [...];
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática [...] e,
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças [...] (BRASIL, 2011, p.23-24).

A articulação entre o Serviço Social e a Arte em geral, propicia o desenvolvimento da autodeterminação dos indivíduos e a percepção de novos valores, ao gerar a consciência desses para suas capacidades de luta e de resistência contra condutas autoritárias e violadoras de direitos, os quais impedem o exercício pleno de sua cidadania.

Ainda, sobre a importância da Arte para o Serviço Social, cita-se Prates (2007) que sinaliza a Arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o Assistente Social, uma vez que por meio da mesma, o sujeito expõe sua expressão e particularidade. Dessa forma, a Arte constitui-se como um importante material para análise do Serviço Social, além de

condição, a fim do planejamento de estratégias de intervenção. Para a autora, a Arte é dos principais instrumentos de reprodução social, pois:

expressamos – através do traço, da cor, do som, dos gestos – sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro [...] (PRATES, 2007, p.224).

Diante desta discussão, observa-se que pensar na Arte como forma de intervenção social emancipatória, no atual contexto sócio-histórico, exige profundas reflexões do Assistente Social, tanto sobre o processo de reestruturação do sistema capitalista, quanto acerca das demandas que emergem desse sistema. Em virtude da nova configuração do capital, que permeia o cotidiano da sociedade em suas relações de produção e reprodução, busca-se respostas a esse novo processo.

Requer também pensar na instrumentalidade do Serviço Social, ou seja, no importante aparato técnico como: entrevistas, orientações, laudos, pareceres, encaminhamentos, reuniões e outros. Tem-se a base instrumental que se amplia amparada na dimensão teórico-metodológica, e serve de recurso essencial para o processo de trabalho no Serviço Social (IAMAMOTO, 2000).

Observa-se ainda que a instrumentalidade, nesses termos, extrapola o pensamento reducionista, como apenas um meio imprescindível no agir profissional do Assistente Social. Segundo Guerra (2000): "a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologias e causalidades" (GUERRA, 2000, p.6).

Isto significa que a instrumentalidade está diretamente conectada a demandas e à resposta profissional, intencionalidade e finalidade, pois necessita da apreensão dos profissionais da subjetividade, contida na produção e na reprodução das relações sociais, políticas e econômicas, na realidade social e na conjuntura local e global, nas quais o sujeito está inserido.

Neste contexto, ao Serviço Social, a Arte pode ser vista como instrumento que enriquece o conhecimento do profissional, em razão de seu intermédio. Materializada em

diferentes formas, pode-se promover a transformação do sujeito, não somente a fim de atender à necessidade específica, mas também para promover-lhe autonomia e emancipação individual e social, objetivos que orientam a práxis profissional.

Amplas reflexões neste sentido serão versadas nos próximos capítulos.

3 A ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE E O COMPROMISSO ÉTICO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS EXPRESSÕES NESTE ESPAÇO SOCIOPROFISSIONAL

As próximas reflexões apresentarão o campo de estágio, o processo histórico do Serviço Social na Instituição, desde sua construção até a atualidade, bem como as ações tecidas que permearam toda a apreensão da “questão Social”, e o uso adequado dos instrumentos inerentes à intervenção da profissional Assistente Social, em conformidade com o projeto ético-político da profissão.

3.1 A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE

A Associação Orquestrando Arte (AOA) é uma instituição beneficente, sem fins lucrativos, inserida na categoria de Organização da Sociedade Civil (OSC) de direito privado e fins público, classificada, na atualidade, como Terceiro setor. Atuante desde abril de 2013, todavia fundada oficialmente em 19 de fevereiro de 2014, tem suas ações voltadas à socioeducação, inclusão social, construção e fortalecimento de vínculos de crianças, adolescentes e jovens, do sexo masculino e feminino, por meio da Arte em geral, com idades de 05 a 29 anos, em sua maioria com risco e/ou vulnerabilidade social, com frequência em contra turno escolar (ORQUESTRANDO ARTE, 2017).

Importante esclarecer que, embora permaneça uma linha tênue conceitual no senso comum envolvendo vulnerabilidade e/ ou risco social, o que gera certa confusão da sociedade em geral, os mesmos mostram-se distintos entre si em estudos científicos realizados. Janczura (2012, p.307) refere que:

vulnerabilidade está relacionada à situação de grupos, e risco, para situações fragilizadas de indivíduos, e que não devem ser reduzidos apenas ao processo da emergência do capitalismo industrial e financeiro iniciado nos séculos VIII e XIX, mas também ao desenvolvimento tecnológico promovido pela globalização mundial.

Nesta concepção, entende-se que há a aproximação entre os conceitos de risco e de vulnerabilidade, “ambos se relacionam entre si, porém se mostram distintos, devendo ser

considerado o contexto-histórico para além de fatores econômicos” (JANCZURA, 2012, p.305) – ou seja, considera-se a movimentação do indivíduo, nesta trajetória, de forma individual e coletiva.

A Associação Orquestrando Arte está localizada no prédio da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – campus de Santa Maria/RS, Br. 28, km 252, Trevo Maneco Pedroso distrito de Boca do Monte –, onde ocupa amplo salão em regime de comodato, por ainda não possuir sede própria, objetivo maior da direção geral, para breve espaço temporal.

Os objetivos/missão, constantes no ordenamento da Associação por meio de seu Estatuto Social, referem-se a formar integralmente crianças, adolescentes e jovens utilizando-se das Artes em geral, como ferramenta de integração, inclusão, promoção social e educacional, representadas pela dança, teatro, canto-coral, orquestra e demais áreas pedagógicas. Todas as oficinas são desenvolvidas dentro do Programa Orquestrando Arte – Incubadora Sociocultural Infantojuvenil (ORQUESTRANDO ARTE, 2017).

A instituição conta com 130 (cento e trinta) alunos. A maioria em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, incluindo alguns em situação social e individual muito especial, sendo, 2 (dois) com síndrome de Down, 2 (dois) com deficiência visual, 1 (um) portador de esquizofrenia, 3 (três) com transtorno de autismo e 2 (dois) adolescentes em conflito com a lei – ainda em cumprimento de medida socioeducativa de internação, com possibilidade de atividade externa no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE/SM).

O acolhimento desta população na Associação, vista como “diferente” pela sociedade em geral, deu-se por acreditarem que por intermédio da Arte e da socioeducação, os sujeitos poderiam desenvolver suas potencialidades e habilidades, desta forma, interagir com o mundo real de sua vida concreta e tornarem-se agentes da transformação.

A Instituição possui uma equipe multiprofissional, com qualificação, a qual atua voluntariamente. São profissionais devidamente engajados no firme propósito de tornar sonhos possíveis que, muitas vezes, por falta de oportunidade não se concretizam. Além disso, buscam formar sujeitos reflexivos e críticos preparados para o enfrentamento das expressões da “questão social”, as quais os afligem na contemporaneidade, em um cenário de crise política, econômica, social e cultural agravadas pela nova face e exigências do capitalismo perverso.

Na perspectiva do trabalho voluntário, Bonfim (2010) destaca que o princípio fundamental “se expressa na solidariedade, a qual em diferentes contextos históricos assume

também significados diferentes” (BONFIM, 2010, p.62). Ao analisar essa assertiva, embora entendendo toda a resistência existente em algumas categorias profissionais, inclusive o Serviço Social, com relação à prática do voluntariado, pode-se afirmar que, na conjuntura atual de crises local e mundial, no contexto da AOA, o voluntariado praticado pela equipe multiprofissional ocorre como forma de um novo enfrentamento das manifestações da “questão social” e suas expressões com vistas ao coletivo e não apenas ao tratamento de individualidades.

Devido a esse fato, entende-se que, se as ações dos profissionais envolvidos na AOA não ocorressem na forma do voluntariado, devido às poucas condições de arrecadação de recursos, financeiros e humanos, da Associação, muitas crianças, adolescentes e jovens ainda estariam na mais profunda invisibilidade social. No que tange às expressões da “questão social”, manifestadas neste espaço ocupacional, apresentam-se: pobreza extrema, desorganização familiar, desemprego dos pais ou pai e/ou mãe, moradias precárias, matricialidade sócio familiar, falta de saneamento básico, situações de abandono material e/ou emocional, negligência, precarização do trabalho, violência física, moral e emocional, familiar direto e/ou indireto inserido no sistema prisional, presença de usuários de substâncias psicoativas no meio familiar ou próximo, convívio com a promiscuidade sexual, entre outros.

Importante lembrar que os direitos culturais são expressos na Declaração de Direitos Humanos de 1948, art. 27 que expõe: “toda a pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”. Também reafirmado no art. 215 da Constituição Federal que ratifica: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Assim sendo, observa-se que a inserção/integração das camadas mais empobrecidas da população nas manifestações artísticas, como ocorre na Associação Orquestrando Arte, torna-se indispensável ao seu desenvolvimento humano, além de oportunizar igualdade de direitos em relação às classes mais abastadas que até então eram as únicas portadoras de acesso à cultura erudita.

Em relação aos insuficientes recursos financeiros dos quais dispõe a AOA no seu cotidiano e mensal, sabe-se que a instituição conta com o apoio de alguns empresários locais com a oferta de lanche para os alunos, de pais dos próprios alunos, de recursos

individualizados (pessoa física), profissionais voluntários (da UFSM, FISMA, FAMES e ULBRA), participação em editais sociais, “ação entre amigos” e doações da Comunidade. Neste sentido, percebe-se o grande esforço da Assistente Social e Diretora Geral, assim como dos demais membros da equipe diretiva da instituição, na busca constante de apoiadores/parceiros e simpatizantes com as atividades inclusivas praticadas no espaço.

Em virtude do reconhecimento social local e do elevado número de alunos, hoje, que cresce a cada período de matrículas semestrais, a AOA, configurada pela sua Diretora Geral e Assistente Social, Mirian de Agostini Machado, busca uma sede própria para a instituição, pois esta situa-se no interior da ULBRA – campus Santa Maria, RS – em regime de comodato, como já citado. A busca da gestora ocorre junto aos órgãos governamentais locais, em especial ao executivo municipal, pela doação de área/terreno, a fim da construção da Associação.

Neste sentido, destaca-se a intenção da Diretora Geral em inserir a nova sede na comunidade de classes mais subalternizadas, facilitando o acesso desses ao novo espaço, com novas oportunidades, por serem os que necessitam da proximidade e do acesso a seus direitos, como cidadãos preconizados na Constituição Federal de 1988, e reafirmados em lei específica para crianças e adolescentes através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (DIÁRIO DE CAMPO, 01/11/2016).

Em conformidade com a característica institucional de terceiro setor da AOA e de todo o debate crítico a este respeito na sociedade em geral, bem como no Serviço Social brasileiro com a inserção do Assistente Social também nesse campo de atuação, pode-se amparar em um projeto profissional, o qual está além da defesa de uma sociedade justa e igualitária. Ademais vincula-se à percepção e apreensão das mudanças que ocorrem nesta sociedade e as demandas emergentes, para as intervenções profissionais (SANTOS, 2013).

Aqui, trata-se o “terceiro setor” na perspectiva do papel mínimo do Estado, marcado por ações descentralizadas, pela busca de parcerias, a fim de contornar a “crise” política e econômica, a qual causa efeitos complexos e devastadores sobre as classes mais subalternas. Com isso, justifica-se a atuação do Assistente Social, neste novo espaço ocupacional.

Neste sentido, ampliando reflexões sobre o “terceiro setor”, de forma compacta, porém abrangente, entende-se que o Estado (União, estados, Municípios e Distrito Federal) ao utilizar-se de termos como “parceria” “solidariedade” “autonomia” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos conforme percepção de Alencar (2009), transfere à

Sociedade Civil grande parcela de serviços sociais. Sociedade esta representada por entidades como: ONGs (Organizações não governamentais), fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades de voluntariado que agregam responsabilidades lado-a-lado com o Estado, cuja tendência de gestão pública, ditas por meio da descentralização e municipalização de ações, tem “conduzido, muitas vezes, ao desmonte dos programas sociais tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e misérias do país” (ALENCAR, 2009, p.7).

Percebe-se desta forma que o Estado deixa de investir em políticas públicas sociais, alterando o padrão de resposta à “questão social” e suas expressões que de acordo com Alencar (2009, p.8) segue: “representando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão e das comunidades locais para essa função”. Todavia, nesta mesma direção entende-se que o Estado encontra-se imerso em contradições, pois neste contexto, continua a financiar as entidades privadas através de isenção fiscal, incentivos beneficentes, recursos provenientes da participação dessas entidades em editais, e outros.

Desta forma, conclui-se que a temática requer amplas discussões em outra oportunidade e percebe-se que de fato o enfrentamento da “questão social” no âmbito privado não fornece respostas adequadas às demandas que emergem da sociedade em geral, “penalizando” ainda mais as classes subalternizadas, pois Alencar (2009, p.8) identifica essas organizações como: “heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e âmbito de atuação”, o que só contribui para o deslocamento quanto aos direitos sociais, que segundo a autora: “agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade”. Princípios esses tão evidentes para o Serviço Social de períodos sócio-históricos anteriores os quais não condizem com a evolução profissional e com o processo de transformação da sociedade contemporânea.

Também em relação às ações que se evidenciam nesta linha de atuação, no Brasil, ou seja, de terceiro setor, Santos (2013) atenta as que envolvem Arte e expressões artísticas devido tratarem-se de importantes espaços, os quais permitem a potencialização do posicionamento crítico, criativo e participativo do sujeito.

Em continuidade, destaca-se que, devido à visibilidade do trabalho educativo e inclusivo, realizado na AOA, as intenções formuladas pela Assistente Social gestora e já levada ao conhecimento do poder executivo municipal por meio de reunião, são de

transformação da instituição em política pública, a priori, municipal. com o objetivo de potencializar a cultura, a educação e a proteção social (DIÁRIO DE CAMPO, 25/03/2017).

Por este viés, entende-se que AOA é espaço sócio-profissional importante, para o desenvolvimento de ações que potencializam processos sociais emancipatórios e, conseqüentemente, um espaço essencial para ações profissionais do Serviço Social.

3.2 O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

Com enfoque no trabalho do Assistente Social no chamado “terceiro setor” particularidade da AOA, considerada por Alencar (2009, p.8), como setor: “não governamental”, “não lucrativo” e “esfera pública não-estatal materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil considerada de interesse público”, ratifica-se que o Serviço Social, na AOA, situa-se em um espaço socioprofissional determinado pela retração do Estado relacionado à sua responsabilidade no enfrentamento das manifestações da “questão social”, ocasionando também modificações e novos desafios ao Serviço Social, em consequência, pela alteração das demandas no cotidiano de atuação, ampliando as atribuições profissionais.

Desta forma, de acordo com estudos realizados durante o estágio, percebe-se que o Serviço Social sempre esteve presente na Associação representado pela Assistente Social, Mirian, a qual também exerce a função de Diretora Geral/gestora, uma das ocupações previstas na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social, todavia com poucos profissionais atuando nesta perspectiva, na contemporaneidade. Assim, entende-se que é uma função profissional, na qual deva ser mais explorada e ocupada pelo Assistente Social, uma vez que amplia o conhecimento em diversas áreas científicas, com importante contribuição ao desenvolvimento de todas as suas atividades.

Ainda nesta perspectiva, percebeu-se a competente articulação das distintas funções exercidas pela Assistente Social, pois em suas competências técnicas e em virtude das especificidades de cada função, está o compromisso com os beneficiários de seus serviços. Entende-se que o profissional, com a consciência de suas competências e atribuições, saberá identificar sua posição no contexto, o qual se apresenta, de acordo com as demandas postas.

No exercício de sua função, como gestora, a profissional Assistente Social desenvolve as atividades de gerenciamento, planejamento, coordenação, elaboração de projetos, executa e supervisiona projetos na área do Serviço Social em benefício da Associação, treina, avalia e supervisiona estagiários do SS, organiza e coordena seminários e fóruns deliberativos, com participação dos alunos, na perspectiva da ação democrática que promove a autonomia e emancipação do sujeito, uma vez que são também espaços, neste cotidiano profissional, de resistências e lutas por afirmação de direitos.

Além disso, organiza e coordena reuniões de alunos e de seus pais, reuniões com a equipe multiprofissional, como ainda mantém-se em contato direto e constante com parceiros da Associação e autoridades locais em busca da captação de recursos financeiros e materiais, a fim do pleno desenvolvimento referente aos propósitos e objetivos, conforme Estatuto Social da Instituição que preconiza: “Formar integralmente crianças, adolescentes e jovens utilizando-se da música e das artes em geral, como ferramenta de integração, inclusão e promoção social” (ORQUESTRANDO ARTE, 2017).

Com base no trabalho da profissional Assistente Social observado na AOA e buscando aporte teórico a respeito do Serviço Social, mediado pelo projeto profissional no exercício diário das ações na Instituição, notou-se a importância do planejamento dessas atividades, para decisões estratégicas não alienadas e rotineiras, com objetivos e finalidades conscientemente determinados. Neste sentido, Vasconcelos (2015, p.222) aponta que:

O planejamento é determinado pela relação teleologia/causalidade; ou seja, determinado pela relação entre a capacidade de pensarmos o que é necessário e possível (em determinada conjuntura política, o que nos remete à capacidade de pensar as estratégias, as ações necessárias e as possíveis consequências) e os nexos causais que favorecem e dificultam a transformação desse dever ser (que se materializa num projeto, plano, programa) em realidade.

Especificamente sobre o trabalho e os instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, citados anteriormente e reafirmados neste momento, a profissional também realiza: entrevista, que, segundo Silva (1995) trata-se de um espaço privilegiado na relação profissional-usuário, onde obtêm-se novas informações, ultrapassando o que se mostra aparente; a visita domiciliar, como: “instrumento que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e

comunitária” (PERIN, 2008, p.5); a observação que, “propicia a articulação entre o “dizível” e o “indizível”, viabilizando um olhar cuidadoso, ético, comprometido, acolhedor” (PORTES e PORTES, 2014, p.32).

Outrossim, tem-se o acolhimento e a abordagem de novos alunos e seus familiares, como forma de “conhecer a realidade da vida dos sujeitos, centralizando suas ações no comprometimento em compreender suas histórias, suas trajetórias, suas percepções e subjetividades” (PORTES e PORTES, 2014, p. 34); orientações e encaminhamentos de alunos e familiares à rede de serviços, reuniões com a equipe multidisciplinar, reuniões e dinâmicas de grupo com os alunos e ainda, atendimento individualizado e estudos socioeconômico e sociofamiliar dos alunos, com a finalidade de identificar demandas e demais necessidades individuais e sociais.

Portanto, em relação aos instrumentos técnicos da profissão, ao considerar que estão diretamente conectados às dimensões, teórico-metodológica e ético-política, pode-se afirmar que a profissão tem visibilidade social na AOA, pois, como especifica Guerra (2013, p.46), esta visibilidade “é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida”.

Nesta direção, observa-se que o Serviço Social, na AOA, mantém preservada a autoimagem da profissão, baseado nas intervenções da profissional desta concretizada pela resolutividade das situações colocadas por meio de suas ações com o uso do instrumento adequado, conforme normativas legais da profissão.

Por fim, ao longo desses dois semestres de estágio curricular, ratificando que o estágio I percorreu no período de Agosto a Dezembro de 2016, e o estágio II entre Março a Julho de 2017, afirma-se que o Serviço Social, no espaço da AOA, mantém-se devidamente, de acordo com os princípios e normativas da profissão, e também a Assistente Social está constantemente na busca da qualificação de seus serviços em respeito à responsabilidade e ao compromisso com seus usuários, consonante o código de ética profissional.

3.3 A “QUESTÃO SOCIAL”, SUAS EXPRESSÕES NO ESPAÇO INSTITUCIONAL E O TRABALHO DE INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Nas reflexões de Iazbek (2009), observa-se que o Serviço Social tem na “questão social” e em suas manifestações a base de sua fundação, como especialização do trabalho. A questão social, segundo a autora, manifesta-se como expressão das desigualdades sociais constitutivas do modo de produção capitalista, com elementos diversos presentes na interação da sociedade e, por conseguinte, com reflexos no cotidiano da prática profissional.

Ademais, o avanço do capitalismo, na atualidade, expressa por meio da “questão social” e de suas novas configurações, implica na exigência do dever, como Assistente Social, compreender a atuação profissional imersa em uma conjuntura “de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado” (IAZBEK, 2009, p.17). Entre diversas e complexas novas configurações que demandam a atenção do profissional citadas por Iazbek (2009, p.17), pode-se destacar:

Insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com os quais os Assistentes Sociais convivem cotidianamente [...].

Lembra-se também que a apreensão da questão social, de acordo com Iamamoto (2000, p.28), requer atenção e capacitação profissional, porque apreender a questão social é também: “Captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado”.

Desta forma, em relação à “questão social” e suas expressões que permeiam a situação individual e social dos alunos da Associação Orquestrando Arte e de seus familiares, pode-se afirmar que se trata de situações extremas de vulnerabilidade e/ou risco social. Necessário o esclarecimento de que esses alunos e suas famílias chegam ao espaço institucional com seus direitos e benefícios socioassistenciais devidamente acionados e preservados pela ação da rede de serviços contatados pelos mesmos, ou por outros órgãos de relações anteriores.

Essas situações apresentadas são do conhecimento da Associação devido ao preenchimento de documentos socioeconômicos e familiares dos alunos, no ato da entrevista e matrícula dos mesmos. Porém, a qualquer percepção de violação de direitos dos alunos e/ou familiares, no decorrer das atividades, os profissionais envolvidos tornam conhecido à

Diretora Geral e Assistente Social da Instituição, que promove as orientações e os encaminhamentos necessários.

Com o aprimoramento constante nos estudos em relação à “questão social” e suas expressões, neste percurso acadêmico, foram observadas em campo de estágio, manifestações de maus-tratos físico e psíquico, pobreza extrema, conflitos familiares, violência de modo geral, desemprego no meio familiar, contato com substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, abrigamento por ordem judicial, precárias condições de moradia e de saneamento básico, alcoolismo na família, ruptura e/ou fragilidade dos vínculos familiares e comunitários entre outros.

Percebe-se que, no cotidiano das ações interventivas da/o profissional Assistente Social, em seu espaço sócio-ocupacional, as expressões da “questão social” tais como as citadas anteriormente, intensificam-se e muitos desafios são postos em virtude da rápida evolução da sociedade e suas dinâmicas. Tais contradições são movidas pela pressão e agilidade das condições estruturais do sistema capitalista que, na atualidade, mostra-se extremamente perverso com vistas à intensificação da acumulação, retração de direitos, flexibilização no campo do trabalho e outros, agravando as situações de desigualdades.

Neste contexto, encontra-se, além da matéria prima e do objeto de intervenção do Serviço Social, “questão social” e suas sequelas, o profissional, sujeito histórico com intensas mudanças nos processos e relações de trabalho, seu e dos usuários desses serviços. Para refutar as adversidades dos diversos, esse profissional precisa de uma boa formação, com conhecimento necessário da multiplicidade dos complexos sociais na conjuntura sócio-histórica em que se manifestam, com capacidade de: “reconhecer os limites intrínsecos da profissão devendo mergulhar na trama em que se insere seu trabalho pensando e agindo de forma crítica e propositiva” (SILVA, 2013, p.229).

Ainda, conforme Silva (2013, p.229, parêntese e grifo do autor): “embora a profissão não possa, pela sua própria natureza, emancipar humanamente os ‘usuários’ (uma tarefa impensável sem revolução), certamente *pode e deve imprimir outra direção social e contribuir com esse processo*”.

Neste sentido, aproximar-se da realidade concreta do usuário e escolher entre os instrumentos de intervenção da profissão, o que melhor adequa-se à situação, são impasses os quais devem ser superados por este profissional, com qualificado conhecimento nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, pois atuar sem a

articulação desses elementos, significa uma atuação que poderá derivar em mero tecnicismo (IAMAMOTO, 2000).

Necessário destacar o pensamento de Guerra (2013, p.45) em relação a essas três dimensões que conformam a profissão:

Não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interagentes, ainda que possa haver; nem situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra.

Diante disto, as ações de intervenção no processo de trabalho do Assistente Social, observadas no campo de estágio para o enfrentamento da “questão social” e seus desdobramentos que nele expressam-se são reafirmadas na entrevista, na reunião de grupo de alunos, na reunião de pais, na reunião com a equipe profissional multidisciplinar, na orientação e no encaminhamento à rede externa de serviços, visitas domiciliares, estudo socioeconômico, observação e dinâmicas de grupo.

Em relação à função de gestora da Assistente Social da AOA, sua interlocução com a profissional Assistente Social dá-se em benefício dos alunos da instituição. Observa-se como os instrumentos do Serviço Social – a elaboração de projetos sociais e de projetos que fortaleçam o protagonismo de seus alunos, participação em editais, participação em reuniões do Conselho municipal de cultura, administração dos recursos captados para a Associação, realização de sondagem junto aos alunos – auxiliam na identificação das demandas e melhorias para o atendimento na Associação.

Além disso, a profissional organiza e coordena seminários e eventos da Instituição, realiza estudos sistemáticos com a equipe multiprofissional, na perspectiva de organização e aprimoramento dos serviços prestados e supervisiona estagiários do Serviço Social, conforme a previsão legal na lei 8.662/93, e demais normativas da profissão.

Todos os dados e recursos obtidos que contemplem ações pertinentes às demandas e necessidades da Instituição, no atendimento dos alunos e familiares, são socializados entre estes, com a consciência profissional da Assistente Social. Na perspectiva socioeducativa, isto é, na busca de alternativas conjuntas sobre os dilemas apresentados, em consonância ao dever da devolução de informações: “colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”, coincidente ao Código

de ética profissional (BARROCO e TERRA, 2012, p. 174), reafirma-se o projeto ético-político da profissão.

Desta forma, o Serviço Social, representado pelo trabalho da Assistente Social na AOA, pauta-se em uma proposta importante para o enfrentamento das expressões da “questão social”, servindo-se da Arte como mediação em contraposição aos processos sociais antagônicos e contraditórios, com o reconhecimento da complexidade das demandas que determinam, assim, um trabalho realizado com qualidade.

Neste segmento, entende-se que, ao falar-se em justiça social, autonomia, empoderamento e emancipação do sujeito, objetivos da categoria e, conseqüentemente, do Serviço Social na AOA, cabe lembrar Silva (2013, p.254), ao referir que o caminho a percorrer é longo, todavia o fundamental é que possamos deixar registrado nessa história: “nossas marcas como indivíduos sociais, como seres sociais que a tecem como podem, conscientemente, ao mesmo tempo que são tecidos por ela”.

Por este viés, entende-se que os sujeitos fazem parte da história social e, a cada período histórico, como seres sociais que são, torna-se necessário resistir a todas as formas de opressão, exploração e processos alienantes, mantendo-se na procura constante do desenvolvimento da massa crítica, como o caminho indispensável, para o alcance da emancipação individual e coletiva.

E, a fim disto, o Serviço Social, por intermédio das ações dos profissionais, precisa estar articulado com as demandas, segmentos e necessidades sociais que se apresentam.

4 A ARTICULAÇÃO TEÓRICO/PRÁTICA NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: TENSÕES E POSSIBILIDADES

Este capítulo apresenta as percepções do aluno/estagiário e o desenvolvimento das atividades prementes no cotidiano do campo de estágio em relação ao aprendizado, apreensão dos dilemas que envolvem sociedade/usuário/Estado/instituição e seus desafios, para a atuação profissional, no que tange ao uso de estratégias, a fim da sua resolutividade que legitimam a construção do projeto de intervenção.

4.1 REFLEXÕES DA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO

O Estágio obrigatório tem previsão legal preconizada nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social e na Lei 11.788 de 25/09/2008. Faz parte do processo de formação profissional, onde se articulam teoria e prática em atendimento às normativas profissionais da categoria, tendo como objetivos principais a aproximação do aluno/estagiário com a realidade social de seus usuários, o desenvolvimento do pensamento crítico e o conhecimento e manuseio dos instrumentos e técnicas necessários e pertinentes ao cotidiano do profissional Assistente Social, em conformidade com a finalidade de suas intervenções (ABEPSS, 2008).

No decorrer histórico-social da profissão e por entender como fundamental a demarcação dos processos na mediação teórico-práticos relacionada à formação do profissional Assistente Social, a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) deliberou em 2008 a Política Nacional de Estágio (PNE).

A ABEPSS (2008) esclarece que a construção da PNE ocorreu de forma coletiva, com ampla discussão entre as entidades e órgãos representativos por todo o país em defesa do projeto de formação profissional e instrumento de luta contra a precarização do ensino superior.

Com isto, entende-se que a preocupação da categoria volta-se para a boa qualificação profissional, direcionada não só para o mercado de trabalho, mas também para a construção de profissionais críticos e transformadores de realidades, em que são exigidos perfis, a fim de

atender as exigências de novas demandas com capacidade para a superação de impasses presentes no cotidiano da profissão. Cotidiano esse que, segundo Silva (2013, p.264), “está inserido e deve ser considerado, na sociabilidade burguesa”.

Ou seja, o desenvolvimento da plena consciência do aluno/acadêmico e futuro profissional relacionado ao significado social do Serviço Social, no espaço sócio-ocupacional, no qual desenvolverá suas atuações com capacidade de apreensão do ser social, o mundo em que ele vive, e a percepção das múltiplas e complexas tramas sociais que o cercam (SILVA, 2013, p.223).

Como ainda, deverá manter-se em estudos permanentes que deve ser:

simultaneamente acompanhado pelo envolvimento real com coisas reais, pela militância propositiva, crítica e autocrítica [...] nessa empreitada o amplo debate com autores heterogêneos é fundamental para qualificar a interlocução, sustentar a radicalidade da crítica e tornar nossas convicções mais sólidas e argumentadas (SILVA, 2013, p.265).

Nesta perspectiva, os dias em campo de estágio, na AOA, sempre foram muito intensos devido à diversidade de oficinas, as quais envolvem manifestações artísticas e apoio pedagógico, ofertados pela Instituição. Apesar dessas oficinas realizarem-se, de forma rotineira, pois fazem parte do currículo pedagógico da AOA, o conteúdo renova-se, a cada dia, referente à criatividade, à competência e à dedicação dos profissionais envolvidos, como forma de ampliar o conhecimento de seus alunos, e também a fim de prepará-los para eventos sociais dos quais participam constantemente.

Realizou-se, durante o processo de estágio, em todas as oficinas, a observação participante, “que se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (NETO, 2001, p.60), entre outros instrumentos da profissão. Os instrumentos promoveram maior aproximação e envolvimento direto com os alunos possibilitando, assim a apreensão dos fatos além da superficialidade, de sua imediaticidade, que poderiam levar ao pragmatismo de ações profissionais. Por vezes, também era realizado o acompanhamento dos alunos da AOA em apresentação de eventos.

Entende-se que esta aproximação com o usuário evidencia elementos contidos na subjetividade das ações e de importante apreensão, para desvelar a sua especificidade. Sendo assim, pode-se obter subsídios para ações profissionais interventivas, que também

enquadram-se na postura investigativa que o profissional deve assumir, na busca de possíveis soluções, diante dos impasses, os quais permeiam o cotidiano da profissão.

Neste sentido, concorda-se com Portes e Portes (2014, p.31), quando referem que: “a observação, enquanto instrumento articulado aos demais, tem contribuído para a operacionalização dos processos de trabalho do Assistente Social e para a composição instrumental técnico-operativo”. Acrescenta-se que a observação, quando embasada no conhecimento teórico-metodológico, mostra-se carregada de intencionalidade, em uma ação que objetiva, na resposta profissional, a demanda que requer a sua resolutividade.

As demais atividades desenvolvidas, em campo de estágio na AOA, referem-se ao acompanhar a Assistente Social da instituição no acolhimento de novos alunos, reunião de pais, reunião com os alunos, atendimentos individualizados por solicitação dos próprios alunos, ou mesmo, por percepções da necessidade pela Assistente Social – entrevista, preenchimento de ficha socioeconômica das famílias, orientação para acesso a direitos e benefícios socioassistenciais, aprendizado na formulação de propostas para editais, planejamento de ações, análise da eficiência e eficácia das ações, orientações e encaminhamento de familiares à rede de serviços.

Importante citar a participação em “roda de conversa” sobre experiência de estágio juntamente aos acadêmicos da ULBRA EaD, onde a Assistente Social da AOA é tutora do Serviço Social. Neste encontro, foi possível compartilhar os dilemas e desafios do campo de estágio, bem como refletir sobre as possibilidades e limites, tanto do próprio campo, quanto da profissão. A experiência também gerou uma reflexão acerca da busca pelas melhores alternativas, para a solução dos impasses que se mostram no cotidiano. Entende-se que a troca de saberes complementa a formação pessoal e profissional dos envolvidos.

Não se tem como foco, neste momento, todas as discussões que envolvem o pensamento favorável do CFESS – CRESS, ABEPSS e ENESSO, em relação a cursos presenciais, públicos e gratuitos. O que chama a atenção, neste contexto, refere-se à postura da Assistente Social em relação a sua responsabilidade profissional, como tutora e supervisora de estágio, em conformidade com as prerrogativas constantes no art. 5º - Das atribuições privativas do Assistente Social, itens “V” e “VI” da Lei 8.662/93 que dizem:

[...] - V – Assumir, no magistério de Serviço Social tanto à nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e

adquiridos em curso de formação regular [...] - VI- Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social (BRASIL, 1993).

Outra constatação em relação a esses encontros, refere-se à oportunidade do aluno/acadêmico exercer a interdisciplinaridade, o trabalho em equipe, o respeito à pluralidade, o desenvolvimento do pensamento crítico, a prática do sigilo profissional, a apreensão dos limites ontológicos da profissão e alternativas, a fim da superação em benefício aos usuários dos serviços do profissional. Todos os meios em consonância com o Código de Ética do profissional Assistente Social.

Em relação à interdisciplinaridade, conforme estudos sistematizados para a realização deste trabalho, constata-se que tem origem no século IXI com a emergência das Ciências Sociais, período no qual a Ciência Moderna se institucionaliza através da variedade de disciplinas do conhecimento científico, em virtude de nova visão de mundo e mudança de paradigmas. Nesta perspectiva, entende-se a interdisciplinaridade como atuação conjunta entre profissionais de diversas áreas do conhecimento interagindo em um espaço de trabalho, através do diálogo, na promoção de troca de saberes legitimados por diferentes formas de análise e de abordagem para uma determinada situação, portanto, união de saberes indispensáveis para alcançar e atender às demandas das necessidades humanas (JORGE e PONTES, 2017).

Importante citar que o ensino/aprendizado, em campo de estágio, no decorrer das atividades, possibilitou também a oportunidade de analisar a eficiência e eficácia das Políticas Públicas, debatidas na academia e na sociedade em geral, no interior da conjuntura local e mundial. Lamentavelmente, quando se faz reflexões neste sentido, observa-se a imensa lacuna entre a ponta inicial, o objetivo da Política Pública e a ponta final, o usuário que deveria ser atendido por esta política em suas necessidades e demandas.

Ademais é por esta face da Política Pública que o aluno/acadêmico, no campo, pode exercer o pensamento crítico na procura dentre as alternativas e estratégias que conhece por vias de estudos, para o seu enfrentamento a que melhor adequa-se, a fim de novas proposições. Constitui-se, assim, competência do Assistente Social, conforme item I do artigo 4º da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão: “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares” (BRASIL, 1993).

Quando se fala em ensino/aprendizado, aborda-se o movimento do pensar humano, no ato de ensinar, que compete ao professor/a no planejamento e na condução desse processo, para a compreensão e apreensão de conteúdos pelo estudante, diante de suas intenções, de seu objeto de estudos, na articulação teórico/prática. Compreensão e apreensão relacionam-se às ações do pensamento, segundo a meta a ser alcançada, na qual compreender refere-se a: “aprender o significado de um objeto ou de um acontecimento; é vê-lo em suas relações com outros objetos ou acontecimentos” e apreensão é perceber este objeto enredado, “estabelecendo os nós necessários entre os fios a serem tecidos” (ANASTASIOU e ALVES, 2015, p. 21).

Ainda foi desenvolvida, no campo de estágio, a captação de imagens por intermédio de fotos e vídeos de algumas atividades da AOA, por entender que essas são formas de linguagem, de comunicação, as quais muito contribuem, para apreensão de símbolos, significados e representações dos sujeitos nas relações sociais. Bem como, a elaboração e organização digital da estrutura e organograma em relação às atividades da Instituição, seus recursos materiais e humanos, o que possibilitou amplo conhecimento da própria Instituição, sua função social, e a apreensão dos compromissos e responsabilidades do profissional Assistente Social, no desenvolvimento da função de gestor em órgãos públicos ou privados.

Necessário observar a relação ensino-aprendizagem, academia-campo de estágio – composto pela tríade “supervisor acadêmico-aluno-supervisor de campo”, com diferentes papéis, porém articulados –, como imprescindível para uma boa formação profissional e motivação, para a permanente busca e construção de novos saberes, os quais levam o Assistente Social na direção dos objetivos propostos pelo projeto ético-político da profissão fundamentado entre outros, na emancipação do ser social.

Diante disso, foi possível perceber todas as atividades desenvolvidas no campo de estágio, que a Arte materializada no aprendizado de um instrumento musical, na dança, no teatro, no coral, na orquestra e demais manifestações culturais e artísticas evidencia-se como uma possibilidade de intervenção do Serviço Social na realidade do sujeito.

Por meio dessas manifestações, observa-se o empoderamento do sujeito por ser, naquele momento, o protagonista de sua história, com capacidade de repensar e transformar suas ações, aceitando-se e sendo aceito pela sociedade em virtude da conscientização de novos valores e novas oportunidades, adquiridos no processo da convivência com diferentes e adversas realidades.

Por fim, através das atividades, observações, análises e reflexões em campo de estágio, acerca das ações do profissional Assistente Social em seu cotidiano profissional, foi possível planejar, de forma crítica e consciente, a elaboração do projeto de intervenção com vistas a contemplar, da melhor forma, o atendimento das demandas prementes neste contexto.

4.2 O PROJETO DE INTERVENÇÃO: DESAFIOS E DILEMAS NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO

Com base nos estudos bibliográficos de autores referentes ao Serviço Social, entende-se que “intervenção” para a profissão, remete à modificação do *status quo* do fato ou fenômeno social da realidade, sob análise do profissional, e necessita de seu conhecimento técnico norteado pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política em benefício dos usuários de seus serviços.

Desta forma, o projeto de intervenção foi pensado, após várias análises das atividades desenvolvidas pela AOA, cujas intenções direcionavam-se a procura de uma ação interventiva, a qual contemplasse as necessidades do indivíduo, da coletividade e também do espaço ocupacional, posto como se entende que esta é a característica fundamental de uma intervenção, quando busca-se a transformação da realidade.

Diante da percepção da importância do trabalho social, realizado na AOA, e na condição de servidora pública em exercício no Centro de Atendimento Socioeducativo Regionalizado de Santa Maria/RS (CASE/SM), integrante do quadro da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS (FASE/RS), que atende adolescentes masculinos autores de ato infracional, em cumprimento de medida socioeducativa de internação², surgiu o projeto de intervenção correspondente ao estágio curricular obrigatório da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

²Trata-se de medida privativa de liberdade, porém assegura todos os demais direitos do adolescente/jovem adulto que não colidam com a natureza da medida, assegurados nos artigos 111 e 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 35 do SINASE. É a resposta do Estado ao cometimento de atos infracionais com grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração de infrações graves e também nos casos de descumprimento reiterado e injustificado de medidas anteriormente impostas (PEMSEIS, 2014, p.19).

O projeto inicial direcionava-se somente a inclusão/inserção dos jovens egressos do Sistema de cumprimento de medida socioeducativa de Santa Maria/RS, porém, no decorrer do estágio, essa intenção precisou ser modificada em virtude da demora institucional por parte da FASE/RS em retornar com resposta ao ofício enviado em Março do corrente ano, ainda pendente na atualidade.

Neste ofício, solicitava-se à FASE, autorização para a Associação Orquestrando Arte participar dos círculos de compromisso no Centro regional de Atendimento Socioeducativo de Santa Maria (CASE/SM), juntamente com representantes do Programa de Oportunidade e Direitos (POD) do Governo Estadual, técnicos da instituição, o adolescente e seus familiares e/ou responsável, como forma de sensibilização das atividades desenvolvidas e a possível inserção do mesmo na Associação.

Neste sentido, a modificação corresponde à alteração do público alvo e a forma de inserção dos mesmos na AOA, ou seja, não mais adolescentes egressos do sistema socioeducativo, e sim àqueles que se encontravam em vias de tornarem-se egressos, muito próximos da data de seus desligamentos da unidade socioeducativa, chamados de adolescentes em internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE)³.

Por este viés, a metodologia para cooptação desses adolescentes, a fim da inserção na AOA, ocorreu por meio da sensibilização individual por intermédio da observação da autora deste projeto, em seus dias de trabalho na Instituição CASE/SM, conforme aptidões para o aprendizado da Arte em geral e/ou perspectivas de futuro do adolescente.

A reformulação do projeto de intervenção foi vista, como experiência e oportunidade importante em campo, para o estímulo da criatividade do aluno/acadêmico na construção de alternativas frente aos dilemas cotidianos que, possivelmente, surgirão e deverão ser enfrentados no exercício da profissão.

Nessa perspectiva, o projeto de intervenção teve início no dia 11 de Maio do ano de 2017, iniciando com dois adolescentes do CASE/SM, identificados aqui por “J” e “K”, em

³ A atividade externa na Internação sempre será permitida, quando não houver determinação judicial em sentido contrário (artigo 121, § 1 do ECA), ou concedida na avaliação judicial da medida [...]. A internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE) visa proporcionar uma preparação do socioeducando para o reingresso na sociedade, de forma parcial, gradual, planejada e monitorada, onde o socioeducando irá vivenciar a proposta de atendimento com acompanhamento de todos os profissionais da unidade (PEMSEIS, 2014, p. 21).

respeito às orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente em virtude de suas peculiares condições de desenvolvimento, que em seu artigo 17º diz:

o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990).

O projeto contou com ampla divulgação no site e em jornal da FASE/RS, conforme figura 1 a seguir. Desta forma, percebe-se que o projeto de intervenção correspondeu às expectativas de sua finalidade, ou seja, a integração dos jovens em conflito com a lei e alunos da AOA, unidos pela Arte materializada, no aprendizado de um instrumento musical, reafirmando a construção de vínculos e o reconhecimento pelos adolescentes envolvidos, como sujeitos portadores de direitos com potencialidades que os conduzem à integração e re(inserção) social.

A visibilidade do projeto pela Instituição FASE/RS sinaliza importante relação entre o Serviço Social e a Arte, na construção e afirmação de processos sociais emancipatórios, um dos objetivos da profissão, conforme o projeto ético-político. Trata-se de respeito e defesa dos direitos humanos tão fragilizados, na atual sociedade capitalista. Defesa dos direitos humanos para os profissionais Assistentes Sociais que se fundamenta sendo: “uma das prescrições constitutivas dos princípios fundamentais do Código de Ética” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 63).

Assim sendo, da relação Serviço Social e Arte pode-se afirmar que:

os Assistentes Sociais vêm, em muito contribuindo, nas últimas décadas para a construção de uma nova cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual (YAZBEK, 2009, p.24).

Nesta perspectiva, a Arte e todas as suas manifestações presentes na AOA, instrumento de intervenção neste projeto, atende plenamente a nova visão para o Serviço Social, em um novo momento da sociedade em geral, o qual exige aprimoramento intelectual do profissional, com capacidade de identificar por meio do conhecimento referente à

realidade, às necessidades e demandas postas através da Arte, formular e introduzir ações interventivas, de modo a colocar os seus serviços em benefício de seus usuários.

Figura 1 - Divulgação do projeto de intervenção pela FASE/RS em seu site.

Adolescentes do Case Santa Maria aprendem a tocar violino em oficina de música erudita

Postado em 31 de maio de 2017 por [Jéssica Cofferi](#) em 2017. [Case Santa Maria](#), [noticias](#) //



Os adolescentes do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Santa Maria, estão participando de oficinas de música erudita na sede da Associação Orquestrando Arte, localizada no município. Dois jovens em Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE) vão semanalmente ao local, onde aprendem a tocar violino. Os encontros vêm ocorrendo desde o início de maio e integram o projeto “A socioeducação pelo caminho da arte”.

A iniciativa aconteceu por intermédio da agente socioeducadora da Fase, Rosane Esbick, que afirmou ter notado o empenho dos jovens nessas primeiras semanas. “Os dois escolheram o violino como instrumento para as aulas ao se encantarem com o som depois de uma visita ao local. Desde o início, foi possível notar o comprometimento de ambos”.

A Associação Orquestrando Arte é uma entidade sem fins lucrativos que atua em Santa Maria e região e busca promover a reinserção de grupos em condição de vulnerabilidade social. **Texto: Assessoria de Comunicação da Fase com colaboração de Jéssica Cofferi | Foto: Divulgação Case Santa Maria**

Fonte: Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/adolescentes-do-case-santa-maria-aprendem-a-tocar-violino-em-oficina-de-musica-erudita/> - consulta em out/2017.

Nessa figura 1, os adolescentes “J” e “K” estão em aula de prática instrumental, sendo o violino, instrumento escolhido pelos mesmos, com a professora/musicista Elen Ortiz da AOA.

Importante destacar que os dois adolescentes do CASE/SM, inseridos na AOA pelo projeto, obtiveram autorização da direção da Instituição, para o desenvolvimento das atividades, e mantiveram-se plenamente envolvidos em sala de aula devido à descoberta pelo gosto da música erudita, constatados nas figuras 2, 3, 4 e 5 a seguir.

Ao dar voz a esses adolescentes neste momento, estes referem que: “é um mundo diferente, mas pelo violino podemos também continuar a fazer “hip hop” e outras músicas que gostamos, só que agora no clássico, todo mundo vai curtir” (J e K – DIÁRIO DE CAMPO - 20/05/2017). Entende-se, por meio dessas observações, não somente a assimilação da diferença cultural, como também que a Arte potencializa novas ações, na percepção de novos valores, com o objetivo de engendrar uma nova realidade em suas vidas.

Figura 2 - Adolescentes do CASE/SM em sala de aula.



Figura 3 -Adolescentes do CASE/SM em sala de aula.



Fonte: Acervo da autora (2017)

Pode-se observar, nessas duas figuras, a concentração dos adolescentes “J” e “K” (camiseta vermelha e o outro mais ao fundo) para apreensão da teoria musical, através da leitura das partituras, e a observação das ações dos demais alunos da AOA, conforme orientações recebidas dos professores. Quando manifestaram suas ansiedades e preocupações com o aprendizado do instrumento musical, o adolescente “K”, mais extrovertido comparado ao “J”, refere que: “procuro ver o que os outros fazem para não errar e atrapalhar eles” (DIÁRIO DE CAMPO –18/05/2017).

Figura 4 - Concentração dos adolescentes do CASE/SM no aprendizado do violino.

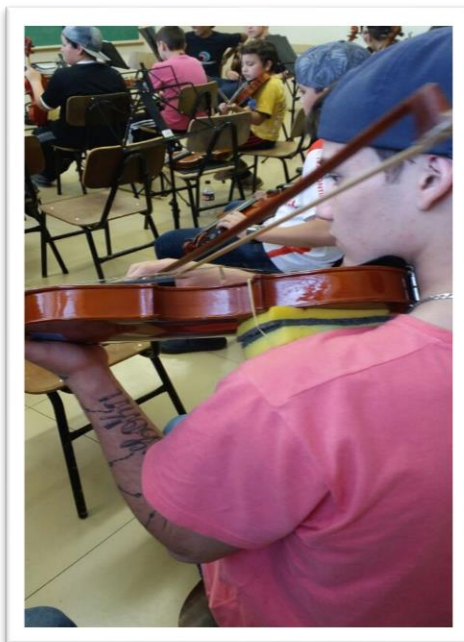
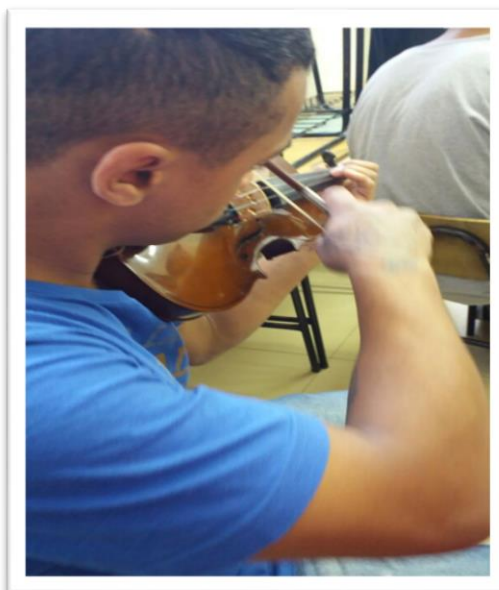


Figura 5 - Concentração dos adolescentes do CASE/SM no aprendizado do violino.



Fonte: Acervo da autora (2017)

Nessas figuras, (adolescente “K” de camiseta rosa e adolescente “J” de camiseta azul), pode-se perceber que ambos adolescentes demonstram certa habilidade no manuseio do instrumento musical, o que significa grande empenho nas aulas em virtude do pouco tempo de contato direto com o violino.

Como objetivo geral do projeto, destacou-se integrar/incluir os adolescentes da Associação Orquestrando Arte, inseridos no Programa Orquestrando Arte – Incubadora Sociocultural infantojuvenil, e adolescentes com possibilidade de atividade externa (ICPAE) do CASE/SM, com idade entre 12 anos completos e 21 anos incompletos, com foro residencial na cidade de Santa Maria/RS. Entende-se, neste contexto, por intermédio da Arte e suas manifestações artísticas, uma forma de intervenção na perspectiva do Serviço Social, em respeito aos direitos da pessoa humana.

Os objetivos específicos foram assim delineados:

promover a troca de saberes e reflexão crítica nos sujeitos em relação às suas condições e modo de vida, de maneira que possam perceber a possível mudança de paradigmas a partir da mudança de ações;

possibilitar por meio da Arte materializada, no aprendizado do manuseio dos instrumentos musicais, do canto-coral, do teatro e da dança, o reconhecimento das diferenças sociais e culturais, quando articuladas pela manifestação artística, podem ser superadas;

proporcionar aos adolescentes protagonistas deste projeto a conscientização de suas potencialidades, enquanto Ser Social e sua condição de sujeito de direitos e deveres, conforme previsão na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e demais normativas, voltadas aos interesses da categoria, ora em destaque.

O aporte teórico para a construção, implementação e execução do projeto de intervenção, além das referências bibliográficas, as quais estavam sendo estudadas na academia, deu-se também por meio de bibliografias, sugeridas pela supervisora acadêmica e pela supervisora de campo, incluindo revisão das normativas e legislação específica da profissão em conformidade com o projeto ético-político. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (1020, p.35): “o profissional precisa ter clareza de suas atribuições e competências para estabelecer prioridades de ações e estratégias”.

Ao realizar-se uma avaliação do projeto de intervenção ao término do período de estágio curricular obrigatório e para especificação neste trabalho, pode-se afirmar que o objetivo geral e os objetivos específicos foram plenamente contemplados.

Percebeu-se, de forma expressiva e evidente, a integração/inclusão entre adolescentes da AOA e do CASE/SM, em campo de estágio, pois em nenhum momento houve questionamentos a respeito da procedência dos adolescentes incluídos pelo projeto nas atividades da Associação, como também percebeu-se maior atenção dos alunos da AOA em

evitar qualquer tipo de constrangimento aos mesmos materializados, tanto através do empenho no auxílio do manuseio e aprendizado do instrumento escolhido, quanto nas discussões em sala de aula e no espaço em geral.

Da mesma forma, os adolescentes do CASE/SM integraram-se ao elenco da AOA, não tendo sido mencionada por esses, qualquer atitude por parte dos demais alunos contrária às suas presenças na Instituição, pois verbalizaram que foram bem aceitos e sentiam-se parte integrante do grande grupo (Figura 06).

Importante destacar que ações no sentido de compreender e aceitar às diversidades são pontuadas e reafirmadas constantemente pelos profissionais e pela gestora Assistente Social, no espaço ocupacional.

Figura 6 - Integração dos adolescentes AOA/CASE-SM (camisa azul e xadrez).



Fonte: do acervo da autora (2017).


A figura 6 refere-se a uma apresentação interna na AOA, onde todos os alunos da orquestra puderam demonstrar o aprendizado em ensaios específicos, para eventos agendados.

Na perspectiva do Serviço Social, a conscientização do sujeito, a fim da aceitação das diversidades, em geral, contempla o disposto nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, especificamente, no item VI: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BARROCO e TERRA, 2012, p.18).

Neste sentido, e reafirmando a eficácia da ação interventiva que constituiu o projeto, destaca-se a inserção do adolescente “J” do CASE/SM junto ao grupo da orquestra da AOA, em apresentação, na data de 24 de junho de 2017, na cidade de Chapecó/SC, onde ocorreu o 6º Encontro Brasileiro de Orquestras, conforme figura 7, divulgado no site da FASE/RS. Foi um grande desafio enfrentado, pois houve a necessidade de solicitar autorização judicial, para o deslocamento do adolescente, visto que era fora da comarca de Santa Maria, o que contou com a sensibilidade positiva da autoridade judiciária.

Figura 7 - Participação do adolescente “J” no 6º Encontro Brasileiro de Orquestras divulgado pela FASE/RS no seu site oficial.

Adolescente do Case Santa Maria participa de Encontro Brasileiro de Orquestras em Chapecó



Um adolescente do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Santa Maria participou do 6º Encontro Brasileiro de Orquestras junto com a Associação Orquestrando Arte. O evento aconteceu no dia 24 de junho no Teatro Municipal do Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes, em Chapecó. O encontro reuniu orquestras sinfônicas do país inteiro com o objetivo de promover o incentivo à arte e a musicalidade.

Desde maio de 2017, dois adolescentes do Case Santa Maria tem participado de oficinas de música rudita através do projeto “A socioeducação pelo Caminho da Arte”. A ação é resultado de uma parceria com a Associação Orquestrando Arte, buscando oportunizar o contato dos jovens com a música clássica para desenvolvimento de novas habilidades.

Fonte: Disponível em: <http://www.fase.rs.gov.br/wp/adolescente-do-case-santa-maria-participa-de-encontro-brasileiro-de-orquestras-em-chapeco/-consulta> em out/2017.

Outro desafio percebido e transposto, nesta oportunidade, refere-se a plena integração do adolescente “J”, além do convívio com seus colegas da orquestra, em novo ambiente, como também com os demais jovens participantes do evento oriundos de várias localidades brasileira, sendo ignorado, nesta nova sociabilidade, rotulações, estigmas e preconceitos atribuídos a jovens que passam ou passaram pelo sistema de medidas socioeducativas, entendida por Rosa (2013), como Jovens de *prisões mascaradas*.

Ações como essas de integração/inclusão sinalizam igualdade de oportunidades em respeito aos direitos do sujeito, um dos compromissos do profissional Assistente Social no que tange a equidade e justiça social, conforme o seu Código de Ética (BARROCO e TERRA, 2012). Também atende ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que no art.3º diz:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Cabe salientar que o projeto de intervenção, na atualidade, pós-período de estágio, mantém-se em continuidade na AOA, com a presença dos dois adolescentes devido ao interesse e comprometimento dos mesmos e de ambas instituições envolvidas. Desta forma, entende-se como fundamental a articulação entre Serviço Social, Socioeducação e Arte, para a eficácia de processos educativos, na perspectiva de que o próprio sujeito reconheça suas potencialidades e habilidades e que possa, com base nas mesmas, promover a transformação de sua realidade individual e social.

Essa continuidade vem ao encontro da principal intenção de sua elaboração na perspectiva de ações profissionais do Assistente Social na defesa dos direitos Humanos, da conscientização desses direitos pelo sujeito e pelo compromisso ético-político para com os usuários em respeito aos princípios fundamentos da profissão dispostos no Código de Ética do Assistente Social. Apenas alguns ajustes serão necessários em relação à estrutura de inserção também de outros adolescentes do CASE/SM, conforme já citado.

Entende-se, neste sentido, que a continuidade do projeto contempla também a visão profissional relacionada ao acompanhamento do usuário em seu desenvolvimento individual e coletivo, segundo escopo do projeto ético-político da profissão e demais normativas da

categoria, além de legitimar a eficácia do projeto de intervenção do estágio curricular obrigatório II em Serviço Social da UFSM.

4.3 LIMITES E POSSIBILIDADES NO PROCESSO DE TRABALHO CONSTATADOS NO CAMPO DE ESTÁGIO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS

Apreender os limites que se impõe tanto na profissão, quanto no espaço ocupacional é necessário, para que o profissional Assistente Social possa rediscutir e redimensionar suas ações tensionadas pelas múltiplas e complexas mediações, as quais permeiam as relações sociais no seu cotidiano. Diante disso, vislumbrar possibilidades é a consequência de suas reflexões.

No decorrer dos dias em campo de estágio, observou-se inúmeras dificuldades enfrentadas, para o desenvolvimento das atividades propostas na AOA. Dificuldades, essas relacionadas às condições materiais, estrutura física, recursos financeiros, a fim da manutenção dos compromissos assumidos, entre outros. Todavia, em todos os momentos foi perceptível a atuação firme e determinada da diretora e Assistente Social que, com muita competência e habilidade, sempre encontrava uma forma adequada e responsável para os impasses e dilemas vividos pela instituição.

Em relação às dificuldades materiais, encontra-se o compartilhamento de alguns instrumentos musicais entre os alunos, quando o ideal seria que cada um pudesse dispor de seu próprio instrumento, facilitando assim o aprendizado em virtude da possibilidade do mesmo estudar em casa aprimorando seus estudos. Além disso, também notou-se que há necessidade de manutenção dos instrumentos cujos acessórios, ainda na atualidade, possuem custo muito elevado.

A estrutura física da AOA não é a desejável, embora ocupe amplo salão na sede da ULBRA/SM. A instituição não possui salas individuais para o desenvolvimento das diferentes atividades, misturando sons, coral, dança, teatro e atividades pedagógicas. Neste mesmo salão, encontra-se espaço destinado ao lanche servido aos alunos e armários, para guardarem seus pertences. Não dispõe também de local destinado à cozinha, a qual muito auxiliaria no

preparo dos lanches, bem como de uma sala para a diretora geral realizar suas atividades cotidianas, de forma tranquila e concentrada.

Com referência aos limites impostos no que refere-se aos recursos financeiros, pode-se observar que, a cada dia, são pensadas possibilidades de captação desses recursos pela Assistente Social e diretora geral, na forma de ação entre amigos, doações de familiares e simpatizantes, recursos contemplados por editais e outros.

Dessas ações da gestora advém recursos, para cobrir despesas diversas, entre elas, a do transporte dos alunos, complemento de lanche (parte vem do empresariado local em forma de doação), compra de acessórios aos instrumentos, deslocamento extra para eventos, e outros. Falta ainda, segundo a Assistente Social e diretora geral da AOA, a remuneração devida aos profissionais que desempenham suas atividades com muita competência e qualificação, como forma de reconhecimento da dedicação voluntária que despendem cotidianamente.

Necessário destacar que esses limites e muitos outros, presentes no dia-a-dia da AOA, não se transformam em empecilhos e nem mesmo em uma estrutura desorganizada, mas sim em motivação por parte da diretoria geral, professores, alunos e demais voluntários, a fim da continuidade ao importante trabalho social realizado em benefício de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

É a prática diária por parte de todos de uma capacidade de resiliência frente às adversidades tão importante ao aprendizado dos indivíduos na construção de identidades. A instituição, apesar de todas essas condições desfavoráveis citadas, consegue manter o ambiente acolhedor e produtivo em todas as suas atividades.

Na perspectiva do Serviço Social, para que seja possível discutir limites e possibilidades profissionais percebidas no campo de estágio, torna-se necessário pontuar que o aluno/estagiário, precisa ter clareza das competências e atribuições da profissão norteadas pela lei 8.662/93 e no Código de Ética da categoria, tendo em vista as várias ações que desafiam seu conhecimento em um espaço multi e interdisciplinar, pois, desta forma, poderá estabelecer prioridades e a melhor forma de enfrentamento das demandas postas pelos usuários.

O trabalho em equipe é algo que deve ser praticado pelo profissional Assistente social e, portanto, observado e praticado pelo acadêmico em processo de estágio, uma vez que por este ato estará promovendo, conforme objeto jurídico disposto no art.10, letra “d” do código de ética: “a defesa do atendimento integral ao usuário. Universalização do acesso aos

serviços” (BARROCO e TERRA, 2012, p. 193). Neste aspecto, requer do profissional a observação dos princípios ético-políticos, expressos em todos os documentos legais da profissão.

É reconhecido que o campo de estágio, na AOA, mostra-se amplo em possibilidades por tratar-se de espaço ocupacional, o qual possibilita a inclusão/(re)inserção social de crianças, adolescentes e jovens por meio da Arte e suas manifestações constituindo-se, dessa forma, como importante locus de atuação profissional com significativo impacto para o Serviço Social.

Percebe-se também que as refrações da “questão social” encontram-se na subjetividade do sujeito, prementes nas mediações das relações em sociedade, afetam seu modo e condições de vida na totalidade complexa da conjuntura capitalista econômica, política, social e cultural, local e global, carecem de um olhar mais atento, de uma postura investigativa e de uma escuta sensível do profissional, para além da superficialidade dos fatos. Entende-se que são nessas condições e na diversidade humana que se formalizam as violações de direitos.

Portanto, constata-se que o aprendizado, no campo de estágio curricular obrigatório na AOA, contribuiu de forma eficaz para uma formação profissional qualificada, pois possibilitou a aproximação com a realidade cotidiana da profissão e possibilitou o exercício da construção de estratégias frente aos dilemas e desafios postos diariamente tanto na profissão, quanto no espaço profissional.

Também reconhece-se na Arte em geral, pela experiência de estágio curricular, um importante instrumento para o Serviço Social, porque promove a visibilidade das potencialidades e habilidades do indivíduo, elementos indispensáveis e essenciais, para o desenvolvimento de sua autonomia e emancipação individual no meio social a sua volta, minado na contemporaneidade por conflitos, antagonismos e contradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, de finalização deste trabalho, porém inconclusivo em virtude da ágil movimentação da sociedade em geral, torna-se imperativo reafirmar reflexões introdutórias e demais constantes nos capítulos, os quais subsidiaram análises importantes, para a sua realização. Precipuamente, destaca-se que a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, desde a institucionalização como profissão em 1920, mantém-se permeada por processos de luta e resistência dos profissionais na procura de melhores condições de trabalho e pela afirmação de direitos, tanto para a categoria, quanto à sociedade em geral.

Essa luta, na contemporaneidade, sob a perspectiva de uma sociedade capitalista, onde vige a exploração do trabalho e processos de alienação fundamentados em valores de troca, com violação evidente de direitos sociais, políticos e culturais conquistados, torna-se árdua para a profissão, pois fere os princípios constantes na Constituição Federal de 1988, como ainda antagoniza objetivos defendidos pelo projeto ético-político profissional, alterando expressivamente a função pedagógica do Assistente Social, havendo a necessidade de recomposição, neste sentido, nas práticas profissionais.

Diante deste contexto, na exigência de compreender e apreender essas relações sociais antagônicas, contraditórias e tensas, o Serviço Social por intermédio das ações de seus profissionais busca adequar-se aos novos tempos, inovando nas práticas interventivas, qualificando, assim, as respostas frente às demandas apresentadas. Para isto, a boa formação consubstanciada pelo estágio curricular obrigatório torna-se elemento fundamental, para a viabilização de alternativas que superem ações pragmáticas e rotineiras, fortalecendo o conhecimento, o qual aprimora-se no contato com a realidade, embasado pelas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política profissional.

Assim sendo, ao realizar uma análise da relação do Serviço Social com a Arte em geral, experiência obtida com base no estágio curricular obrigatório desenvolvido na AOA, constata-se que a Arte, nos termos citados neste trabalho vista por autores consagrados referidos nos demais capítulos, como uma “dimensão da vida humana”, com possibilidades do sujeito desenvolver a criatividade e criticidade, contribuindo para a superação de processos sociais de alienação, assim como, “importante instrumento de mediação” enquanto instrumento pedagógico, entende-se esta, sendo necessária, a fim da construção e do

fortalecimento de processos sociais emancipatórios servindo, portanto, de instrumento de intervenção desafiador e inovador para o Serviço Social na contemporaneidade.

Por conseguinte, a concepção de Arte expressa, neste trabalho, está além de sua origem nos primórdios da humanidade baseada em cultos, rituais e magias, carregada de mensagens para transmissão de uma cultura, ou mesmo do simples entretenimento. É muito mais profundo e significativo.

A função social da Arte modificou-se, na história, conforme o processo evolutivo da sociedade e, na atualidade, refere-se ao meio de conscientização do sujeito para atingir determinados fins, carregada de sentimentos e novos valores, os quais potencializam a criticidade e a criatividade, e contrapõem-se a processos opressores e alienantes.

Observa-se que a temática da Arte faz-se presente em debates recentes no Serviço Social, segundo alguns autores de base, entendendo-se, assim, que discussões nessa direção devem ser ampliadas, pois produções científicas apontam para a sua importância como instrumento profissional na resolutividade dos diferentes fenômenos, os quais os sujeitos utilizam para expor as refrações da “questão Social”.

Neste sentido, percebe-se a articulação do Serviço Social com a Arte, uma estratégia criativa e propositiva, que conduz o profissional Assistente Social, na perspectiva da socioeducação, tendência atual do perfil pedagógico profissional, ou seja, do “manter-se com”, do “fazer com”, “junto com” a população e com outras áreas profissionais. Esta articulação enriquece variadas e diversas possibilidades de superação das limitações enfrentadas pelos profissionais nas atividades cotidianas, com destacada importância na expansão dos sujeitos, como seres sociais capacitados, para resistir à exploração e dominação vigente com relevantes possibilidades futuras de sua continuação.

Sob o mesmo ponto de vista, no interior dessa nova organização cultural local e mundial, reconhece-se espaços diferenciados, como a Associação Orquestrando Arte, cuja missão aqui reafirmada, constitui-se da formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da Arte em geral, utilizada como ferramenta de integração, inclusão social, educacional e cultural dos alunos e de suas famílias. Constituem-se, desse modo, novos espaços ocupacionais para o assistente Social e a Arte, neste contexto, expressa-se como relevante instrumento de seu trabalho profissional.

Considerando todos esses importantes e indispensáveis aspectos, procedeu-se a construção do projeto de intervenção, fundamentado no reconhecimento de que o profissional

deve manter-se atento ao movimento persistente da cultura de subalternidades determinada pelo capitalismo e, a partir disto, organizar e reestruturar ações eficazes para a sua superação pelos sujeitos sociais.

Diante disto, integrar/incluir adolescentes da AOA e adolescentes da FASE/RS, escopo do projeto, significa contrapor-se a todas as limitações diárias impostas para o profissional e aos sujeitos que enfraquecem processos de resistência e o reconhecimento de direitos. Diz respeito ao fato de proporcionar a esses sujeitos, em peculiar condição de desenvolvimento, a possibilidade de tornarem-se protagonistas de sua própria história e da construção e fortalecimento de novos padrões de sociabilidade com mais equidade e justiça social.

As discussões e reflexões que permearam este trabalho pautaram-se na perspectiva de aprimoramento dos instrumentos técnico-operativos, utilizados pelos Assistentes Sociais em suas intervenções, em acompanhamento à dinamicidade das transformações sociais. Estes instrumentos exigem, desses profissionais, ações inovadoras para fugir das armadilhas hegemônicas instituídas no seu cotidiano. Desta forma, tem-se na Arte em geral, o reconhecimento, como meio para atingir os objetivos de suas intenções, ao desvelar a realidade na qual deverá intervir.

Observa-se que, diante das novas organizações da sociedade em geral, o Assistente Social deve apropriar-se de instrumentos eficazes e inovadores no seu cotidiano, com vistas à superação do conformismo diante do jogo de poder, capacitando às classes subalternas à consciência de sua condição e capacidade de luta em busca da emancipação humana e de uma sociedade mais igualitária em conformidade com o disposto no projeto ético-político da profissão.

Destaca-se que, na atualidade, vivencia-se tempos difíceis e desafiadores, porém importantes para o Serviço Social, que sempre esteve à frente de seu tempo, lado-a-lado com os trabalhadores e a população subalternizada em processos de resistência e rebeldia. A profissão busca alternativas e estratégias, para a superação da ordem hegemônica vigente em direção a uma nova ordem social, mais equânime e justa, a qual levará à emancipação humana.

São momentos de muita luta que se mantém, por meio das entidades representativas da categoria, como: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Todos sempre

atentos às mudanças dessa sociedade financeirizada, excludente, perversa e individualista, na direção da superação da ordem capitalista que impede processos emancipatórios, contrária aos objetivos e finalidades das atividades profissionais.

Por fim, que o Assistente Social mantenha-se continuamente em aprimoramento profissional e tenha sempre presente o espírito de indignação e de luta, pressupostos para o exercício qualificado da profissão, pautados na defesa dos direitos humanos e na reafirmação da liberdade e da justiça social, valores fundantes do seu código de ética.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 5.ed.-São Paulo: Cortez, 2016.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

ANASTASIOU, L.G.C.; ALVES, L.P. (org.)- **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 10.ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2015.

BARROCO, M.L.S.; TERRA, S. H. **Código de ética do Assistente Social – comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.) – São Paulo: Cortez, 2012.

BONFIM, Paula. **A “Cultura do voluntariado” no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069/90. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

_____. **Lei nº 8.662/93** – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília/ DF, 1993.

_____. **Resolução CFESS N.273**, de 13 de março de 1993 – Institui o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf> Acesso em: outubro de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS – **Código de ética do Assistente Social**. Disponível em: <www.cfess.org.br> Acesso em: 07 de abril de 2017.

_____. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, CFESS, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/parametros>> Acesso em: abril de 2017.

COSTA. Antonio Carlos Gomes da. (coordenação técnica) – **Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa** – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO RS – FASE/RS. Disponível em: <<http://www.fase.rs.gov.br/wp/adolescentes-do-case-santa-maria-aprendem-a-tocar-violino-em-oficina-de-musica-erudita/>> Acesso em: junho de 2017.

GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **Oficina de Serviço Social: Elaboração de relatórios e laudos**, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/Index.php/fss/article/viewFile/2315/3245>> Acesso em: março de 2017.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 62, ano XX, março de 2000.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila e GUERRA, Yolanda. (org). **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2.ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

_____. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: O debate a Instrumentalidade como marco. In: **Serviço Social no Brasil: História de resistências e ruptura com o conservadorismo**. Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.) – Ed. Cortez: 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6.ed. São Paulo. Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 1988.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JANCZURA, Rosane. Risco ou Vulnerabilidade Social?. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre, v.2, n.2, p.301-308, ago/dez. de 2012.

JORGE, Ediane Moura. PONTES, Reinaldo Nobre. **A interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões**. **Textos & Contextos (Porto Alegre)** v.16, n.1, p.175-187, jan/jul.2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/26444/15750> - Consulta em 28/out/2017.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo (org) –18.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORQUESTRANDO ARTE. Site da Associação Orquestrando Arte. Disponível em: <www.orquestrandoarte.org> Acesso em: maio de 2017.

PEMSEIS - **Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade do Rio Grande do Sul** – Porto Alegre: SDH, FASE, 2014.

PERIN, Silvana Dóris. **A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social**. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:c_WClgvsHfQJ:www.mpdfpt.mp.br/senss/anexos/Anexo_7.6_-_Silvana_Doris.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: outubro de 2017.

PORTES, L.F.; PORTES, M.F.. A observação e a abordagem no exercício profissional: revisitando a dimensão técnico-operativa no Serviço Social. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**. Curitiba, n.4, v.1, p.28-35, 2014.

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude criminalizada**. Florianópolis: Insular, 2.ed. 2013.

SANTOS, Vera Nubia. A arte como possibilidade de mediação no Serviço Social. **PIDCC**. Aracaju, v.9, n.2, p.125-150, Junho de 2015.

_____. **A inserção da Arte nos programas do “Terceiro Setor” Brasileiro**: algumas considerações. In: In: Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. –

Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Agosto, 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/arte-e-servico-social-no-brasil-levantamento-de-dados-em-periodicos-da-area.pdf>> Acesso em: Agosto de 2017.

_____. E Isabelle Pinto Mendonça. Arte e Serviço Social no Brasil: levantamento de dados em periódicos da área. In: **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. –

Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Agosto, 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/arte-e-servico-social-no-brasil-levantamento-de-dados-em-periodicos-da-area.pdf>> Acesso em: Agosto de 2017.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Jurema Alves Pereira da. O papel da entrevista na prática do Serviço Social. **Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj**. n.6, novembro de 1995.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o Assistente Social na luta de classes: Projeto profissional e mediações teórico-práticas**. 1.ed. São Paulo: Cortez: 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais** – CFESS/ABEPSS – Brasília, 2009.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais** – CFESS/ABEPSS – Brasília, 2009.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.20, p. 677-693, 2014.